

APÊNDICE A

Quadro 5 - Legislações de estímulo à inovação e de CPIs

Estado	Legislação	Ementa
Acre	Lei nº 3.387/2018	Institui o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Acre – SisTec-AC, cria o Programa Estadual de Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PROINOVA, e altera o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FDCT.
Alagoas	Lei nº 7.117/2009	Dispõe Sobre Incentivos à Pesquisa Científica e Tecnológica, à Inovação e à Proteção da Propriedade Intelectual em Ambiente Produtivo e Social no Estado de Alagoas, e dá Outras Providências.
Amapá	Lei nº 2.333/2018	Dispõe sobre indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo no Estado do Amapá e dá outras providências.
Amazonas	Lei nº 3.095/2006	DISPÕE sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Amazonas, e dá outras providências.
	Lei nº 5.861/2022	DISPÕE sobre a adoção de medidas de estímulo ao desenvolvimento de <i>startups</i> no Estado do Amazonas e dá outras providências.
Bahia	Lei nº 14.315/2021	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação do sistema produtivo no Estado, altera a Lei nº 9.433/2005, e a Lei nº 6.403/1992, e dá outras providências.
Ceará	Lei nº 14.220/2008	Dispõe sobre incentivos à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Estado do Ceará e dá outras providências.
Distrito Federal	Lei nº 6.140/2018	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo do Distrito Federal, com fins a estimular a geração de riquezas, e dá outras providências.
	Lei nº	

	<p>6.507/2020</p> <p>Lei nº 6.620/2020</p>	<p>Institui instrumentos e procedimentos para formalização de parcerias entre o Distrito Federal e as entidades privadas de inovação tecnológica.</p> <p>Dispõe sobre mecanismos, medidas e projetos para estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à qualificação científica e tecnológica, à inovação e à economia criativa no Distrito Federal, cria a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação , estabelece diretrizes ao Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade Humana, Inteligente, Sustentável e Criativa e dá outras providências.</p>
Espírito Santo	<p>Decreto nº 5.203-R/2022</p> <p>Decreto nº 4.464-R/2019</p> <p>Lei Complementar nº 929/2019</p> <p>Lei Complementar nº 642/2012</p>	<p>Institui o "Programa Compras Públicas para a Inovação " e dispõe sobre a organização, o funcionamento e a estrutura de governança público-privada do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo para a celebração de parcerias administrativas com entidades enquadradas como <i>startups</i>, nos termos das Leis Complementares nº 182/2021 e nº 929/2019 e dá outras providências.</p> <p>Institui o Programa Pitch Gov.ES e estabelece procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam para a superação de desafios da gestão pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público e dá providências correlatas.</p> <p>Institui instrumentos e procedimentos para o fomento às parcerias entre o Estado do Espírito Santo e as entidades privadas de inovação tecnológica regional.</p> <p>Dispõe sobre medidas de incentivos à inovação e à pesquisa</p>

		científica e tecnológica, em ambientes produtivos e dá outras providências.
Goiás	<p>Lei nº 21.615/2022</p> <p>Lei nº 20.472/2019</p>	<p>Dispõe sobre medidas de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, em ambientes produtivos e dá outras providências.</p> <p>Dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento regional de <i>startups</i> e dá outras providências.</p>
Maranhão	<p>Lei Ordinária nº 11.733/2022</p> <p>Decreto nº 37.783/2022</p>	<p>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado do Maranhão, e altera a Lei Estadual nº 6.915/1997, e dá outras providências.</p> <p>Regulamenta a Lei Estadual no 11.733/2022 para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo no âmbito do Estado do Maranhão.</p>
Mato Grosso	<p>Lei Complementar nº 297/2008</p> <p>Lei Complementar nº 650/2019</p> <p>Decreto nº 1.200/2021</p>	<p>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica visando alcançar autonomia tecnológica, capacitação e o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.</p> <p>Altera dispositivos da Lei Complementar nº 297/2008, e da Lei nº 8.408/2005, e dá outras providências.</p> <p>Institui a Política de Inovação em Práticas Públicas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.</p>
Mato Grosso do Sul	Decreto nº 15.116/2018	Regulamenta a Lei Federal nº 10.973/2004, no tocante a normas gerais aplicáveis ao Estado de Mato Grosso do Sul, e dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação.

Minas Gerais	<p>Lei nº 17.348/2008</p> <p>Decreto nº 47.442/2018</p> <p>Lei nº 23.793/2021</p>	<p>Dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado.</p> <p>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado e dá outras providências.</p> <p>Dispõe sobre a adoção de medidas de estímulo ao desenvolvimento de startups no Estado e dá outras providências.</p>
Pará	<p>Lei nº 8.426/2016</p> <p>Decreto nº 1.713/2021</p>	<p>Dispõe sobre incentivos à inovação, à pesquisa científica e tecnológica e à engenharia não rotineira, visando ao desenvolvimento tecnológico, econômico, científico e social no contexto da competitividade e sustentabilidade do Estado do Pará, e dá outras providências.</p> <p>Regulamenta a Lei Federal nº 10.973/2004, no tocante às normas gerais aplicáveis ao Estado, assim como a Lei Estadual nº 8.426/2016, e dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação.</p>
Paraíba	<p>Lei nº 12.191/2022</p>	<p>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação no Estado da Paraíba, nos termos da Lei Federal nº 10.973/2004, e da Lei Federal nº 13.243/2016, e dá outras providências.</p>
Paraná	<p>Lei nº 20.541/2021</p> <p>Decreto nº 1350/2023</p>	<p>Dispõe sobre política pública de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao fomento de novos negócios, e a integração entre o setor público e o setor privado em ambiente produtivo no Estado do Paraná.</p> <p>Regulamenta o disposto na Lei nº 20.541/2021 e nos arts. 128, 208 e 285 da Lei nº 6.174/1970, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.</p>

Pernambuco	<p>Lei Complementar nº 400/2018</p> <p>Decreto nº 49.253/2020</p>	<p>Dispõe sobre o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Pernambuco.</p> <p>Regulamenta a Lei Complementar nº 400/2018, que dispõe sobre incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no Estado de Pernambuco e institui a Usina Pernambucana de Inovação.</p>
Piauí	Lei nº 7.511/2021	Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do Estado do Piauí.
Rio de Janeiro	Lei nº 9.809/2022	Institui o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, na Forma Que Menciona, e dá Outras Providências.
Rio Grande do Norte	Lei Complementar nº 716/2022	Institui a Política Estadual do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do Rio Grande do Norte (PEDCTI/RN), organiza o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte (SECTI/RN), define procedimentos, normas e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado do Rio Grande do Norte; altera as Leis Complementares Estaduais nº 163/1999 e nº 257/2003, revoga as Leis Complementares Estaduais nº 118/1993, nº 136/1995, nº 351/2007, nº 478/2012, e as Leis Estaduais nº 8.790/2006, e nº 10.325/2018, e dá outras providências.
Rio Grande do Sul	Lei Complementar nº 15.639/2021	Dispõe sobre incentivos à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação no âmbito produtivo do Estado do Rio Grande do Sul, institui o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-RS) e dá outras providências.
Rondônia	Não identificada	
Roraima	Não identificada	
Santa Catarina	<p>Lei nº 14.328/2008</p> <p>Decreto nº</p>	Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

	842/2020	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública para a Administração Pública Estadual Direta e Indireta.
São Paulo	<p>Lei nº 1.049/2008</p> <p>Decreto nº 62.817/2017</p> <p>Decreto nº 64.974/2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas.</p> <p>Regulamenta a Lei federal nº 10.973/2004, no tocante a normas gerais aplicáveis ao Estado, assim como a Lei Complementar nº 1.049/2008, e dispõe sobre outras medidas em matéria da política estadual de ciência, tecnologia e inovação.</p> <p>Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública - IdeiaGov, e dá providências correlatas.</p>
Sergipe	Lei nº 6.794/2009	Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.
Tocantins	Lei nº 2.458/2011	Dispõe sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científico-tecnológica nas atividades produtivas do Estado do Tocantins.

Fonte: Elaboração própria.